

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.771.891 - MT (2020/0264568-7)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : UNIMED CUIABÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
ADVOGADOS : JOSÉ EDUARDO POLISEL GONÇALVES - MT012009
JACKSON FRANCISCO COLETA COUTINHO -
MT009172B
JOSÉ JOÃO VITALIANO COELHO - MT018440
ROSILENE MARCELO - MT008886
AGRAVADO : FRANCISCO DA SILVA
ADVOGADO : ANA CLAUDIA APARECIDA LISBOA - MT009558

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por UNIMED CUIABÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" e alínea "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CC INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS – PLANO DE SAÚDE – TRATAMENTO DE SAÚDE (RADIOTERAPIA DE INTENSIDADE MODERADA) PRESCRITO POR MÉDICO HABILITADO PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA EM RAZÃO DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE PRELIMINAR REJEITADA – ALEGAÇÃO DE LICITUDE NA NEGATIVA DE AUTORIZAÇÃO DO PROCEDIMENTO – DESCABIMENTO ROL PREVISTO PELA ANS (AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE) NÃO TAXATIVO MAS SOMENTE EXEMPLIFICATIVO – NECESSIDADE DE REEMBOLSO DANO MORAL CONFIRUGADO EM RAZÃO DA ANGÚSTIA SOFRIMENTO E INSTABILIDADE PROVOCADA PELA BENEFICIÁRIA DO PLANO EM FACE DA INJUSTIFICADA NEGATIVA DE ATENDIMENTO AO PROCEDIMENTO MÉDICO PRESCRITO VALOR FIXADO A TÍTULO DE DANO MORAL DENTRO DOS PARÂMETROS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" e alínea "c", do permissivo constitucional, alega violação do art.10 § 1º, da Lei nº 9.656/98, no que concerne à inexistência de ilegalidade da negativa de cobertura de procedimentos, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Ademais, resta incontroverso que há expressa negativa de cobertura de procedimentos que não estão previstos no Rol de Procedimento da ANS, assim a negativa de vigência ao artigo 10 §1º da Lei 9.656/98, ante o visto, é evidente.

[...]

A recusa de cobertura no caso em julgamento não é ilícita, mormente se considerarmos que o contrato prevê a exclusão, conforme asseverado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. (fl. 477).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "a" e alínea "c", do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 186 e 927, do CC, no que concerne à inexistência de dano moral, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

A primeira premissa a ser estabelecida no julgamento reside no fato de que o motivo gerador do atendimento médico recusado não seria dos mais traumáticos.

A segunda premissa a ser estabelecida no julgamento reside no fato de que o motivo gerador da negativa da recorrente se deu devido a situação de saúde da recorrida não preenchia os requisitos estipulados no Rol de Procedimentos da ANS para os serviços solicitados (fl. 480).

[...]

O julgado acima deixa claro que inexistente ilegalidade quando a operadora já oferece procedimento inserido no rol da ANS e a parte contrária não comprova a ineficácia dos medicamentos fornecidos, que é a situação do presente caso.

Nesse diapasão, em face dos argumentos acima alinhavados, requer que essa Colenda Corte Superior, após o juízo de admissibilidade, seja provido em todos os seus termos, reformando o v. acórdão, que, não observando as normas vigentes, incorreu em contrariedade aos artigos 186 e 927 do Código Civil (fls. 484- 485).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu:

As cláusulas das condições gerais do plano de saúde devem ser regidas em consonância com a Lei Consumerista, devendo ser respeitadas as formas de interpretação e elaboração contratual, dando pleno conhecimento ao consumidor acerca do conteúdo do instrumento, principalmente em razão da hipossuficiência e a

vulnerabilidade do consumidor em relação ao fornecedor.

Feita essa observação, tem-se que não se justifica a negativa do procedimento, restando inadequada e ilícita a conduta da Recorrente, pois em que pese o procedimento não estar expressamente previsto em Resolução Normativa da Agência Nacional de Saúde, esse argumento não pode ser usado como suporte à negativa, **uma vez que o citado rol não é taxativo, e, sim, referências básicas para cobertura mínima obrigatória dos planos privados de assistência à saúde** (fl. 450- 451).

Aplicável, portanto, para as alíneas "a" e "c", o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou na linha de que, “não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal”. (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no Resp 1.811.491/SP, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 19/11/2019; AgInt no AREsp 1637445/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 13/8/2020; AgInt no AREsp 1647046/PR, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 27/8/2020; e AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018.

Quanto à segunda controvérsia, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Em razão disso, existe a conduta ilícita que resultou na negativa do procedimento, acarretando, sem dúvida o dano moral indenizável, frisando-se que a negativa indevida, injustificada de realização de procedimento médico acarreta angústia, sensação de instabilidade, enfim, transtornos que geram a obrigação de indenizar (fl. 452).

Superior Tribunal de Justiça

Assim, incide, para as alíneas "a" e "c", o óbice da Súmula n. 7 do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: "O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)". (AgRg no REsp 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 7/3/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.679.153/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1/9/2020; AgInt no REsp 1.846.908/RJ, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 31/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; e AgInt nos EDcl no REsp 1.848.786/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/8/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente